



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

## ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a”, Lei 14.133/21).

1.1. O objeto deste processo licitatório é o registro de preços para a contratação de empresa para o eventual fornecimento de **sucos refrigerados**, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

COTA PRINCIPAL					
Item	Qtde 12 meses	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	375	Pet 300ml	<b>SUCO DE CAJU</b> Tipo néctar: composição 45% de suco, polpa caju, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 4,05	R\$- 1.518,75
02	750	Galão 4L	<b>SUCO DE CAJU</b> Tipo néctar: composição 45% de suco, polpa caju, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 31,35	R\$- 23.512,50
03	240	Galão 4L	<b>SUCO DE GOIABA</b> Tipo néctar: 35% Suco concentrado de goiaba, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 30,08	R\$- 7.219,20
04	750	Pet 300ml	<b>SUCO DE LARANJA INTEGRAL</b> Suco de laranja integral pasteurizado, 100% fruta, 0% água, 0% conservante, 0% açúcar, 0% sódio. Alimento natural, líquido, integral, pasteurizado, obtido a partir do beneficiamento de laranjas sadias. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 4,71	R\$- 3.532,50
05	1.350	Galão 4L	<b>SUCO DE LARANJA INTEGRAL</b> Suco de laranja integral pasteurizado, 100% fruta, 0% água, 0% conservante, 0% açúcar, 0% sódio. Alimento natural, líquido, integral, pasteurizado, obtido a partir do beneficiamento de laranjas sadias. Refrigerado a -2° C a 5° C.	R\$ 42,94	R\$- 57.969,00



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

			Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.		
06	375	Pet 300ml	<b>SUCO DE UVA</b> Tipo néctar: 51% Suco concentrado de uva, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 4,50	R\$- 1.687,50
07	900	Galão 4L	<b>SUCO DE UVA</b> Tipo néctar: 51% Suco concentrado de uva, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 38,33	R\$- 34.497,00
<b>COTA RESERVADA</b>					
<b>Item</b>	<b>Qtde 12 meses</b>	<b>Unid.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
08	125	Pet 300ml	<b>SUCO DE CAJU</b> Tipo néctar: composição 45% de suco, polpa caju, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 4,05	R\$- 506,25
09	250	Galão 4L	<b>SUCO DE CAJU</b> Tipo néctar: composição 45% de suco, polpa caju, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 31,35	R\$- 7.837,50
10	80	Galão 4L	<b>SUCO DE GOIABA</b> Tipo néctar: 35% Suco concentrado de goiaba, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 30,08	R\$- 2.406,40
11	250	Pet 300ml	<b>SUCO DE LARANJA INTEGRAL</b> Suco de laranja integral pasteurizado, 100% fruta, 0% água, 0% conservante, 0% açúcar, 0% sódio. Alimento natural, líquido, integral, pasteurizado, obtido a partir do beneficiamento de laranjas sadias. Refrigerado a -2° C a 5° C.	R\$ 4,71	R\$- 1.177,50



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

			Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.		
12	450	Galão 4L	<b>SUCO DE LARANJA INTEGRAL</b> Suco de laranja integral pasteurizado, 100% fruta, 0% água, 0% conservante, 0% açúcar, 0% sódio. Alimento natural, líquido, integral, pasteurizado, obtido a partir do beneficiamento de laranjas sadias. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 42,94	R\$- 19.323,00
13	125	Pet 300ml	<b>SUCO DE UVA</b> Tipo néctar: 51% Suco concentrado de uva, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 4,50	R\$- 562,50
14	300	Galão 4L	<b>SUCO DE UVA</b> Tipo néctar: 51% Suco concentrado de uva, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 38,33	R\$- 11.499,00

Valor estimado para a Cota Principal R\$ 129.936,45 (cento e vinte e nove mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos). Valor estimado para a Cota Reservada R\$ 43.312,15 (quarenta e três mil trezentos e doze reais e quinze centavos). Valor estimado total **R\$ 173.248,60 (cento e setenta e três mil duzentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos)**.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”, Lei 14.133/21).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, XXIII, “c”, Lei 14.133/21).

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”, Lei 14.133/21).

4.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura da ata de registro de preços. O pregão eletrônico ora adotado tem como base o disposto no artigo 29 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.2. Além da assinatura da ata de registro de preços, serão preenchidos e assinados o Termo de Ciência e Notificação e o Cadastro do Responsável, conforme modelo fornecido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

- 4.3. Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental.
- 4.4. Não será admitida a subcontratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e”, Lei 14.133/21).**

- 5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do instrumento contratual/ATA, podendo ser prorrogado a critério da administração
- 5.2. Durante o prazo de vigência do instrumento contratual/Ata não haverá alteração de valor.
- 5.3. As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados pela administração, conforme a necessidade, não devendo haver exigência por parte da contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega.
- 5.4. Na Nota fiscal deverá constar explicitamente a descrição do produto entregue.
- 5.5. A empresa fornecedora deverá entregar os pedidos no endereço a ser indicado pela prefeitura municipal no momento da requisição.
- 5.6. O **prazo** máximo para a licitante vencedora efetuar as entregas nos locais determinados será de **15 (quinze) dias corridos** após o recebimento do pedido ou Nota de Empenho.
- 5.7. As entregas não deverão ultrapassar o dia e horário informados nas programações, incidindo em cancelamento automático se não cumpridos, sujeitando à empresa fornecedora as penalidades cabíveis.

### **5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, Lei 14.133/21).**

- 6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.1.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 6.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.1.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

incorreções resultantes de sua execução ou de alimentos nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.8.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.20. Será gestor e fiscal do contrato:

<b>GESTOR</b>	KATIANI APARECIDA DO NASCIMENTO DIAS
<b>FISCAL</b>	SILVIA ELENA LUQUES





# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, Lei 14.133/21).

6.2.1. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias**, após emissão de nota fiscal/documento equivalente, respeitado em todo caso a ordem cronológica de pagamentos, devendo a nota fiscal conter o **número da licitação**, devendo a Administração certificar que a pessoa jurídica está regular com suas obrigações tributárias, encargos trabalhistas e sociais.

6.2.2. As notas fiscais/documento equivalentes deverão ser encaminhados para os e-mails [nfe@candidorodrigues.sp.gov.br](mailto:nfe@candidorodrigues.sp.gov.br) e [prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br](mailto:prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br).

6.2.3. Será considerado atraso no pagamento, se **decorrido 2 (dois) meses**, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos, não houve adimplemento da obrigação pela Administração.

6.2.3.1. O disposto no item 6.2.3. não se aplica em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

## 8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, Lei 14.133/21).

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de acordo com o que consta no edital de abertura e no Anexo I – Termo de Referência.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

## 8.12.1. Habilitação Jurídica:

8.12.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.12.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

8.12.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.12.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 8.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

## 8.14. Habilitação técnica:

8.14.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento dos itens objetos desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.14.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.14.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 8.15. Outras comprovações:

8.15.1. Declaração de que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras; e de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, conforme **Anexo III**.

8.15.2. Declaração do responsável pela assinatura do instrumento contratual, conforme **Anexo V**.

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, Lei 14.133/21).

9.1. Os valores estimados para contratação, compostos pelos preços unitários e totais, estão relacionados de forma individualizada no quadro abaixo, sendo que os valores informados foram colhidos nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, em pesquisa no Banco de Preços realizada pela servidora Ana Paula Falchi.

Item	Qtde 12 meses	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1.000	Galão 4L	<b>SUCO DE CAJU</b> Tipo néctar: composição 45% de suco, polpa caju, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 31,35	R\$ 31.350,00





# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

2	500	Pet 300ml	<b>SUCO DE CAJU</b> Tipo néctar: composição 45% de suco, polpa caju, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 4,05	R\$ 2.025,00
3	320	Galão 4L	<b>SUCO DE GOIABA</b> Tipo néctar: 35% Suco concentrado de goiaba, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 30,08	R\$ 9.625,60
4	1.800	Galão 4L	<b>SUCO DE LARANJA INTEGRAL</b> Suco de laranja integral pasteurizado, 100% fruta, 0% água, 0% conservante, 0% açúcar, 0% sódio. Alimento natural, líquido, integral, pasteurizado, obtido a partir do beneficiamento de laranjas sadias. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 42,94	R\$ 77.292,00
5	1.000	Pet 300ml	<b>SUCO DE LARANJA INTEGRAL</b> Suco de laranja integral pasteurizado, 100% fruta, 0% água, 0% conservante, 0% açúcar, 0% sódio. Alimento natural, líquido, integral, pasteurizado, obtido a partir do beneficiamento de laranjas sadias. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 4,71	R\$ 4.710,00
6	1.200	Galão 4L	<b>SUCO DE UVA</b> Tipo néctar: 51% Suco concentrado de uva, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	R\$ 38,33	R\$ 45.996,00
7	500	Pet 300ml	<b>SUCO DE UVA</b> Tipo néctar: 51% Suco concentrado de uva, açúcar líquido invertido, água tratada e filtrada. Refrigerado a -2° C a 5° C. Embalagem plástica atóxica, intacta,	R\$ 4,50	R\$ 2.250,00



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

			contendo informações sobre o produto e prazo de validade.		
TOTAL →					R\$ 173.248,60

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, Lei 14.133/21).

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, conforme quadro abaixo:

Código da Ficha 44	
Órgão 01	Prefeitura Municipal de Candido Rodrigues
Unidade 02	Poder Executivo
Dotação	12.306.0015.2013.00003.3.90.30.00
Código da Ficha 45	
Órgão 01	Prefeitura Municipal de Candido Rodrigues
Unidade 02	Poder Executivo
Dotação	12.306.0015.2013.00003.3.90.30.00
Código da Ficha 46	
Órgão 01	Prefeitura Municipal de Candido Rodrigues
Unidade 02	Poder Executivo
Dotação	12.306.0015.2013.00003.3.90.30.00
Código da Ficha 47	
Órgão 01	Prefeitura Municipal de Candido Rodrigues
Unidade 02	Poder Executivo
Dotação	12.306.0015.2013.00003.3.90.30.00

Este Termo de Referência foi elaborado pelas seguintes pessoas:

Candido Rodrigues, 20 de março de 2025.

**Katiani Aparecida do Nascimento Dias**  
Nutricionista

**Silvia Elena Luquês**  
Gestora Interina da Educação

Nos termos do que dispõe o art. 7º da Lei Federal nº 14.133/21, este Termo de Referência foi analisado e aprovado pelo ordenador de despesa abaixo assinado e identificado:

**Tiago Alex Ravazzi**  
Prefeito Municipal